



São Paulo, 02 de dezembro de 2015

Ao Prefeito da Cidade de São Paulo, Fernando Haddad

Nós, catadores e catadoras de materiais recicláveis organizados no Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo, uma instância de deliberação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), estivemos reunidos com o senhor essa semana apresentando nossas reivindicações para melhoria das condições de trabalho de nossa categoria na Cidade de São Paulo. Ouvimos do senhor o estabelecimento de compromisso com as seguintes propostas:

1. Pagamento por serviços ambientais (PSAU) pelo resíduo que destinamos corretamente por meio de recursos dos cofres públicos, fundo paulista e logística reversa. Hoje está claro que apenas o recurso arrecadado com a venda dos materiais das Centrais Mecanizadas não é suficiente para arcar com esses custos. Já havíamos apontado em documentos anteriores que a conta não fecharia.
2. Pagamento pelo serviço de coleta seletiva porta-a-porta. Também está mais do que provado que a coleta seletiva realizada pelas empreiteiras não é eficiente. Queremos sim fazer esse serviço, mas recebendo por valor de mercado equiparado ao que recebe as empreiteiras e não apenas com subsídio apenas para os coletores como quer a AMLURB.
3. Para ampliar nossa capacidade produtiva e incluir mais catadores no sistema público precisamos URGENTEMENTE de áreas públicas para implantação de novas cooperativas de catadores. Essa medida consta no Plano Diretor da Cidade, mas NADA foi feito no sentido de viabilizar essas áreas.
4. Um levantamento da AMLURB aponta que hoje a cidade tem 42 organizações de catadores prontas para assinar contratos com a Prefeitura. Queremos que essas organizações possam ser inseridas rapidamente ampliando a capacidade de tratamento dos resíduos na cidade, assim como a criação de um conselho gestor formado por catadores de materiais recicláveis;
5. Foi criado pelo Decreto No 53.924, DE 17 DE MAIO DE 2013 o Comitê Intersecretarial de Implementação da Política Municipal de Resíduos Sólidos, no entanto, esse Comitê NUNCA se reuniu. Acreditamos que o Comitê Intersecretarial possa somar esforços com os catadores para recuperar o tempo perdido, por isso solicitamos sua ativação.
6. Apoio na aprovação de uma lei que anule os efeitos de multas de trânsito sobre os caminhões e veículos de cooperativas de catadores usados na coleta de recicláveis na cidade.
7. Apoio na aprovação de uma lei que garanta o pagamento por serviços prestados pela cooperativas de catadores.

Nessa Marcha Nacional de Catadores reforçamos nossas propostas e pedimos que seu compromisso assumido conosco seja executado. Sem essas medidas as metas do PGIRS não serão alcançadas. Com elas as cooperativas de catadores poderão dar toda sua contribuição para realização do Plano.

Atenciosamente,

Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo

**Movimento Nacional de Catadores de Materiais recicláveis - MNCR**